

Margem Companhia de Mineração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2023		2022		Passivo	Nota	2023		2022	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.511	55.124			Fornecedores	14	82.091	79.024		
Contas a receber	9	81.026	43.825			Empréstimos e financiamentos	15	140.086	36.447		
Estoques	10	87.052	75.678			Salários e encargos sociais		5.573	5.106		
Impostos a recuperar	11	16.349	14.160			Impostos a recolher	17	38.704	12.678		
Outras contas a receber		9.883	13.416			Adiantamentos de clientes		415	312		
		<u>247.821</u>	<u>202.203</u>			Passivos de arrendamentos	16	5.841	5.004		
						Instrumentos derivativos	25	11.421	5.559		
						Outras contas a pagar	18	<u>33.872</u>	<u>44.045</u>		
								<u>318.003</u>	<u>188.175</u>		
Não circulante						Não circulante					
Impostos a recuperar	11	34.407	35.963			Empréstimos e financiamentos	15	191.782	236.268		
Outras contas a receber		4.861	2.610			Passivos de arrendamentos	16	1.232	1.904		
Direito de uso dos ativos	13	6.260	6.313			Impostos a recolher	17	181.569	202.512		
Imobilizado	12	990.765	989.687			Outras contas a pagar	18	50	52		
Intangível		4.266	901			Impostos diferidos	23	20.093	11.203		
		<u>1.040.559</u>	<u>1.035.474</u>			Provisão para litígios	24	<u>15.102</u>	<u>12.702</u>		
								<u>409.828</u>	<u>464.641</u>		
						Total do Passivo		727.831	652.816		
						Patrimônio líquido	19				
						Capital social integralizado		421.419	421.419		
						Ajustes de avaliação patrimonial		116.681	117.938		
						Reserva legal		4.928	4.072		
						Reservas de lucros		<u>17.521</u>	<u>41.432</u>		
								<u>560.549</u>	<u>584.861</u>		
						Total patrimônio líquido		560.549	584.861		
Total do ativo		<u>1.288.380</u>	<u>1.237.677</u>			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.288.380</u>	<u>1.237.677</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva Legal		Lucros acumulados		Total
			Ajustes de avaliação patrimonial					
Em 31 de dezembro de 2021		621.419	119.259	1.974	18.859	761.511		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.208	42.208		
Redução capital social	19.1	(200.000)	-	-	-	(200.000)		
Constituição reserva legal		-	-	2.098	(2.098)	-		
Distribuição dividendos		-	-	-	(18.858)	(18.858)		
Realização do custo atribuído		-	(1.321)	-	1.321	-		
Em 31 de dezembro de 2022		421.419	117.938	4.072	41.432	584.861		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.120	17.120		
Constituição reserva legal		-	-	856	(856)	-		
Distribuição dividendos	19.5	-	-	-	(41.432)	(41.432)		
Realização do custo atribuído	23	-	(1.257)	-	1.257	-		
Em 31 de dezembro de 2023		421.419	116.681	4.928	17.521	560.549		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita de vendas	20	509.045	532.408
Custos das vendas	21	(353.276)	(342.592)
Lucro bruto		155.769	189.816
Despesas administrativas	21	(16.724)	(13.738)
Despesas comerciais	21	(64.842)	(78.711)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	(279)	118
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	21	(153)	3.542
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		73.771	101.027
Despesas financeiras	22	(66.620)	(57.647)
Receitas financeiras	22	18.859	16.153
Despesas financeiras, líquidas		(47.761)	(41.494)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.010	59.533
Imposto de renda e contribuição social - correntes	23b	-	(6.299)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23b	(8.890)	(11.026)
Lucro líquido do exercício		17.120	42.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.010	59.533
Valor residual de imobilizado baixado	12	1.834	126
Provisão para litígios	24	2.400	4.584
Depreciação e exaustão	12	59.092	58.283
Amortização de ativos intangíveis		1.175	329
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	5.574	4.954
Juros incorridos	15	23.540	22.251
Outras despesas financeiras	21	20.070	5.539
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	(7.746)	(10.897)
Varição dos contratos de instrumentos financeiros	15	22.981	30.427
Provisão para perdas de estoques	10	1.992	1.431
Provisão de perda esperada para crédito liquidação duvidosa	9	279	(118)
		<u>157.201</u>	<u>176.442</u>
Varição em			
Contas a receber de clientes		(37.480)	(18.416)
Estoques		(11.374)	(1.851)
Impostos a recuperar		(633)	10.508
Outros ativos		1.282	(3.972)
Fornecedores		3.067	(8.335)
Salários e encargos sociais		467	(658)
Impostos a recolher		5.083	42.982
Outras contas a pagar		(11.447)	(3.366)
Pagamento de provisões para litígios	25	-	(5.739)
Juros pagos	15	(22.329)	(21.576)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(6.299)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		83.837	159.720
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(62.004)	(29.259)
Aquisição de ativo intangível		(4.540)	(185)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(66.544)	(29.444)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	19	(41.432)	(17.555)
Pagamentos por redução capital	19	(18.567)	(170.000)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	15	(16.288)	(28.134)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	15	-	1.115
Empréstimos e financiamentos tomados	15	131.039	135.850
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	16	(8.307)	(5.366)
Pagamentos de empréstimos	15	(65.351)	(106.001)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(18.906)	(190.091)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.613)	(59.815)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	55.124	114.939
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	53.511	55.124
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.613	(59.815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	17.120	42.208
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	17.120	42.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e extração de calcário. Sua atuação abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil, através do fornecimento de cimento e calcário para seus clientes e para sua controladora Supremo Cimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 70.182 (CCL positivo em R\$ 14.028 em 31 de dezembro de 2022). O aumento do passivo circulante é resultado da necessidade de suporte financeiro para os projetos de investimentos em andamento na Companhia para o ano de 2024, através de operações de curto prazo conhecidas como 'empréstimos ponte'. Ressaltamos que o ativo circulante da Companhia apresenta um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete um período de 12 meses referente ao serviço da dívida. A Administração prevê que esse endividamento será regularmente liquidado com a futura geração de caixa da Companhia, mantendo assim uma gestão financeira sustentável e equilibrada.

O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia está sendo fortalecido devido ao aumento previsto na geração de caixa. Concomitantemente, a Companhia está em processo de negociação para estender os prazos de pagamento de sua dívida financeira. Espera-se que essa iniciativa resulte em melhorias na condição atual de seu capital circulante líquido.

Durante o exercício de 2023, a operação da Companhia foi impactada por uma série de desafios operacionais, notadamente relacionados à produção de clínquer. No primeiro semestre, enfrentamos dificuldades significativas devido à formação de anéis no forno, resultando em interrupções frequentes na produção de clínquer, e consequentemente, na produção de cimento.

Essas interrupções afetaram nossa capacidade de atender à demanda do mercado e resultaram em uma diminuição no faturamento em comparação com o exercício anterior. Além disso, os custos associados às paradas no processo produtivo contribuíram para uma redução no resultado operacional.

Embora tenhamos implementado medidas corretivas e solucionado o problema no terceiro trimestre do ano, os impactos financeiros dessas interrupções se refletiram no resultado anual da empresa. É importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, a empresa permanece comprometida em manter e fortalecer suas operações, buscando constantemente melhorias em seus processos produtivos e adotando medidas preventivas para mitigar futuros contratemplos operacionais.

A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento.

Na sequência da melhoria operacional da Companhia, evolução de resultados, e do comportamento favorável do caixa, a Companhia procedeu em 2022 e 2023 à distribuição de dividendos ao seu acionista Supremo Cimentos S.A., conforme detalhado na nota explicativa 18.5.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de abril de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda

funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O caixa a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui um contrato indexado em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiro para proteção cambial.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisões para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificadas como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

(i) Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calcário, cimentos e concretos produzidos pelo grupo.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

(ii) Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e sua controlada alocaram a contraprestação no

contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e sua controlada optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e sua controlada usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e sua controlada determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Empresa e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Olmar Hübscher	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros
Presidente	Conselheiro
Carlos Alberto Medeiros Abreu	
Conselheiro	

DIRETORIA

Paulo de Andrade Nascentes da Silva	Evanilton Braga Corteletti
Diretor Presidente	Diretor Financeiro
Evanilton Braga Corteletti	Fabio Krzyzanowski
Diretor Comercial	Diretor de Operações

Contador	
Suzan Fernanda Humm Brehmer	
CRC SC 42221/O-2	

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se às Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.

Para a versão digital deste balanço acesso o link:

<https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/margem-companhia-de-mineracao/>

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INTALAÇÃO

HIDRELÉTRICA SÃO JOÃO II LTDA. Torna público que irá requerer ao intituto Água e Terra, a **Renovação da Licença de Intalação - RLI** para **PCH SÃO JOÃO II** a ser Implantada **EM PRUDENTÓPOLIS.**



Anuncie suas
atas e editais
aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA



EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

DATA 1º LEILÃO 14/05/24 ÀS 10H00 - DATA 2º LEILÃO 16/05/24 ÀS 10H00



Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização do leilão: **somente on-line via www.leilaovip.com.br**. **Localização do imóvel: Curitiba-PR, Bairro Portão.** Rua Maranhão, nº 1890, Apto. nº 11, no 1º pav. do Conjunto Habitacional Portão. Área constr. 74,68m². Matr. 2.375 do 5º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 14/05/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R\$ 462.048,43. **2º Leilão:** 16/05/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R\$ 247.911,25 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, redação dada pela lei 14.711/2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.leilaovip.com.br. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96



MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024

TIPO: MENOR PREÇO/POR ITEM

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de gases medicinais com comodato de cilindros para atender a demanda dos pacientes com necessidade de oxigenioterapia e permitir o funcionamento de equipamentos de suporte a vida cujo funcionamento depende de ar comprimido.

O recebimento das propostas, documentos, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Término do Prazo para Envio da Proposta: 14 de maio de 2024 às 09:00 horas.

Data da sessão: 14 de maio de 2024 às 09:00 horas.

O Edital, seus anexos e possíveis alterações estão disponíveis no site oficial do Município de Guaratuba, na página www.portal.guaratuba.pr.gov.br.

Formalização de Consultas: E-mail: licitacao@guaratuba.pr.gov.br, **telefone:** (41) 3472-8576 WhatsApp/ 3472-8787.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guaratuba, 23 de abril de 2024.

Augusto S. Wagner
Pregoeiro



Anuncie suas
atas e editais
aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**